

2 de Novembro de 2011

Resultados consolidados do Millennium bcp em 30 de Setembro de 2011

DESTAQUES

- Rácio Core Tier I, incluindo o impacto da operação de *liability management* concluída em Outubro, situou-se em 9,1%;
- Resultado líquido consolidado de 59,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011;
- Resultado líquido da actividade internacional impulsionado pelos desempenhos das operações na Polónia (+60%), Moçambique (+45%) e Angola (+41%);
- Margem financeira aumentou 9,6% face aos primeiros nove meses de 2010, suportada pelas actividades em Portugal (+9,0%) e internacional (+10,7%);
- Comissões bancárias cresceram 3,1%, face aos primeiros nove meses de 2010; comissões totais líquidas reduziram 1,2%;
- Custos operacionais diminuíram 5,4% sustentados na redução de custos na actividade em Portugal (-5,8%) e na actividade internacional (-4,7%);
- Recursos de balanço de clientes aumentaram 2,5% para 51.351 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011; recursos totais de clientes reduziram 3,6%;
- Depósitos de clientes estabilizaram face ao final de Setembro de 2010, situando-se em 45.312 milhões de euros; depósitos de clientes em Portugal aumentaram 1,0% face a 30 de Junho de 2011;
- Carteira de crédito situou-se em 73.379 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, contraíndo 4,3%, face a igual data de 2010; crédito a clientes em Portugal reduziu 1,0% face a 30 de Junho de 2011;
- Rácio de crédito vencido há mais de 90 dias situou-se em 4,3%, reflectindo o actual contexto económico-financeiro, e o rácio de cobertura situou-se em 95,5%;
- Lançamento da oferta de troca destinada a detentores de instrumentos de dívida perpétua e de acções preferenciais por novos instrumentos de dívida, inserida na gestão proactiva da estrutura de financiamento. Operação concluída já em 6 de Outubro, com a aceitação de 75% do montante das emissões abrangidas.

Direcção de Relações com Investidores
Rui Coimbra
Telf +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
rui.coimbrafernandes@millenniumbcp.pt
fvalente@millenniumbcp.pt
joaogodinho.duarte@millenniumbcp.pt

Contacto de Imprensa
Erik T. Burns
Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
cintia.barbas@millenniumbcp.pt



Lisboa, 2 de Novembro de 2011

Abrandamento da actividade económica mundial, com maior intensidade nas economias desenvolvidas, devido ao processo de correcção do endividamento excessivo

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Ao longo do 3.º trimestre, a actividade económica mundial registou um abrandamento, com quebra dos níveis de confiança e aumento dos riscos quanto à estabilidade económica e financeira global. As economias desenvolvidas têm enfrentado dificuldades na implementação de medidas capazes de resolver os problemas estruturais e de endividamento excessivo e que limita o potencial de crescimento económico. A alteração da notação de risco de crédito dos EUA e a intermitência e complexidade na definição de acordos e instrumentos para a mitigação da crise de dívida soberana na Europa, na sequência da cimeira de Julho, agravaram o clima de confiança, com consequências dramáticas no desempenho dos mercados financeiros, em particular no mercado interbancário europeu. As economias emergentes, apesar de manterem ritmos de crescimento superiores, também evidenciaram uma desaceleração da actividade económica a par com alguma evidência de refluxo dos investimentos de carteira.

Instabilidade e aversão ao risco generalizada nos mercados financeiros

A instabilidade e a retracção na propensão ao risco conduziram a uma maior volatilidade nos mercados. Acentuaram-se as estratégias de redução de exposição aos mercados accionistas, de reforço de posições em mercados de dívida pública de melhor notação de crédito e persistiu o investimento em metais preciosos. Os principais índices accionistas desvalorizaram em média 15% no trimestre, as taxas de juro da dívida pública alemã e norte-americana registaram valores inferiores a 2% nas maturidades a 10 anos, o euro depreciou-se face ao dólar, para valores em redor de 1,35 dólares por euro.

Bancos centrais revêem planos de política monetária, prolongando período de condições de financiamento extraordinárias

A reacção dos bancos centrais à deterioração do sentimento de mercado e ao abrandamento da actividade económica compreendeu medidas de natureza diversa, nomeadamente, a actuação sobre a liquidez, a revisão da trajectória para as taxas de juro de referência e suporte acrescido aos mercados de dívida pública. O BCE suspendeu o ciclo de normalização da política monetária em curso, anunciou a realização de operações extraordinárias de cedência de liquidez a um ano e procedeu à reintrodução do programa de compra de obrigações hipotecárias em complemento da aquisição de dívida pública.

A intensificação e disseminação da crise da dívida soberana a vários Estados-Membros pressionaram as autoridades europeias a uma abordagem mais consistente na defesa da estabilidade financeira e da sustentabilidade económica na Área do Euro. Da cimeira de Julho resultou um conjunto de acções

Cimeira Europeia decide a favor de abordagem mais ampla e incisiva ao problema da crise da dívida soberana europeia, com exigências adicionais e relevantes em termos de requisitos de capital para os bancos

no sentido do reforço dos mecanismos europeus de suporte financeiro, da reformulação da arquitectura de supervisão e governo comunitário, e compromisso reforçado de cada Estado-Membro para a promoção da sustentabilidade da dívida a médio prazo. Não obstante, a adversidade do contexto económico, a complexidade na definição dos instrumentos e no acordo entre as partes contribuiu para o arrastamento de um contexto de indefinição prejudicial ao clima de confiança e que culminou com a realização de nova cimeira já em Outubro. Desta resultou uma proposta para o perdão da dívida grega em 50% por parte dos investidores privados ainda em discussão, a par com o reforço da necessidade de recapitalização dos bancos, com exigências adicionais muito significativas em termos de requisitos mínimos de capital, e propostas para o reforço significativo dos mecanismos de assistência financeira europeus.

Desvios na execução orçamental em 2011 conduzem a um plano de correcção orçamental mais ambicioso e com impactos negativos no crescimento da economia portuguesa

A evolução da actividade económica portuguesa tem sido condicionada pela aplicação do programa de assistência económica e financeira, cuja primeira avaliação foi positiva. A detecção de desvios na execução orçamental em 2011, provenientes do menor controlo da despesa da Administração Regional e Local e das necessidades de financiamento das empresas do sector empresarial do Estado, conduziu à definição de um plano de correcção por via de medidas extraordinárias em 2011 (antecipação do IVA, sobretaxa do IRS, concessões e fundos de pensões) e pelo estabelecimento de um compromisso de redução significativa da despesa do Estado em 2012. A estratégia orçamental para o próximo ano implicará um grande esforço da parte do sector privado, em particular das famílias. O aumento da carga fiscal, os impactos fiscais na inflação e a desvalorização real da economia por redução dos custos salariais condicionarão a capacidade de poupança. A quebra da procura interna no biénio 2011/2012 será profunda (queda superior a 5% em termos reais), com impacto muito desfavorável no emprego, que continuará a cair entre um 1% e 2% ao ano.

Sector bancário condicionado pela contracção da actividade económica e pela maior exigência dos requisitos regulamentares e dos mercados

O sistema financeiro tem sido afectado pelo enquadramento económico adverso, na qualidade do crédito e na captação de recursos estáveis, com pressão sobre as margens. Permanecerá condicionado pelas exigências do programa de ajustamento e pelos requisitos regulamentares de capital e liquidez, que obrigam a grande disciplina para assegurar o financiamento à economia e garantir a solvabilidade reforçada dos bancos. A médio prazo, a estrutura de capital e os objectivos de desalavancagem do sector serão influenciados pelas decisões acerca do plano de recapitalização dos bancos europeus e pela avaliação da qualidade de balanço.

Síntese de Indicadores

	Milhões de euros		
	30 Set.11	30 Set.10	Var. 11 / 10
Balanco			
Activo total	97.353	99.434	-2,1%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	73.379	76.638	-4,3%
Recursos totais de clientes ^{(1) (2)}	64.552	66.971	-3,6%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	51.351	50.082	2,5%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	45.312	45.319	0,0%
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽³⁾	154%	165%	
Resultados			
Resultado líquido	59,4	217,4	-72,7%
Margem financeira	1.196,8	1.091,8	9,6%
Produto bancário ⁽⁴⁾	1.841,0	2.147,3	-14,3%
Custos operacionais ⁽⁵⁾	1.119,6	1.183,4	-5,4%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	764,0	549,9	38,9%
Outras imparidades e provisões	24,5	130,0	-81,2%
Impostos sobre lucros			
Correntes	57,1	42,5	34,3%
Diferidos	(247,4)	(18,4)	
Rendibilidade			
Produto bancário / Activo líquido médio ⁽³⁾	2,5%	2,9%	
Rendibilidade do activo médio (ROA) ⁽⁶⁾	0,2%	0,4%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Activo líquido médio ⁽³⁾	-0,1%	0,4%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	1,5%	5,9%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽³⁾	-1,5%	7,0%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽³⁾	6,4%	4,7%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽³⁾	2,2%	1,5%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽³⁾	9,5%	7,1%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. ⁽³⁾	5,7%	4,1%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	95,5%	100,2%	
Rácios de eficiência			
Custos operacionais / Produto bancário ^{(3) (7)}	63,1%	55,1%	
Custos operacionais / Produto bancário (actividade em Portugal) ^{(3) (7)}	65,4%	48,7%	
Custos com o pessoal / Produto bancário ^{(3) (7)}	36,2%	30,4%	
Capital ⁽⁸⁾			
Fundos próprios totais	5.463	6.353	
Riscos ponderados	57.424	62.107	
Rácio Core Tier I	8,3%	5,6%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base	9,0%	8,5%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	9,5%	10,2%	
Sucursais			
Actividade em Portugal	882	908	-2,9%
Actividade internacional	848	891	-4,8%
Colaboradores			
Actividade em Portugal	10.043	10.198	-1,5%
Actividade internacional	11.551	11.654	-0,9%

(1) Ajustado de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros, à data de 30 de Setembro de 2011.

(2) Débitos para com clientes titulados e não titulados, activos sob gestão e produtos de capitalização.

(3) De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(4) Margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos líquidos (de acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal).

(5) Custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

(6) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.

(7) Exclui impacto de itens específicos.

(8) Rácio de solvabilidade de acordo com o modelo de Notações Internas (IRB) em 30 de Setembro de 2011 e de acordo com o método padrão em 30 de Setembro de 2010.

Na divulgação de resultados do 3.º trimestre de 2011, o Presidente do Conselho de Administração Executivo do Banco Comercial Português, Carlos Santos Ferreira, começou por evidenciar o contexto económico e financeiro marcado pelo agravamento das medidas de austeridade e pela escassa liquidez nos mercados, tendo realçado as decisões aprovadas pelo Conselho Europeu de 26 de Outubro de 2011, lamentando que por decisão dos líderes europeus, um activo sem risco, como era a dívida soberana dos Estados da União, tenha desaparecido.

Face à actual conjuntura, o Banco reforçou os níveis de capital, tendo o rácio Core Tier I atingido 9,1%, incluindo o impacto da operação de *liability management* concluída em Outubro, antecipando assim o cumprimento das exigências regulatórias definidas para o final deste ano. Os valores alcançados reflectem as diversas iniciativas realizadas no âmbito do plano de capital definido pelo Banco e que no terceiro trimestre do ano proporcionaram um aumento do Core Tier I, nomeadamente através da operação de troca sobre acções preferenciais e Lower Tier II Notes, apesar do registo em resultados e em capital de 21% de desvalorização da dívida pública grega detida.

O resultado líquido consolidado foi de 59,4 milhões de euros nos primeiros nove meses do ano, beneficiando da subida expressiva do contributo das operações internacionais, designadamente africanas e polaca mas penalizado pelo provisionamento da dívida grega que se cifrou em 136,1 milhões de euros e condicionado pelo reforço das dotações para imparidades de crédito, que aumentaram 38,9% numa base anual.

Referindo-se aos aspectos que mereceram destaque no 3.º trimestre do ano, o Presidente sublinhou:

i) A continuação do processo de desalavancagem em termos consolidados com a redução do crédito a clientes em 4,3% e a subida dos recursos de clientes de balanço em 2,5%, traduzindo-se numa diminuição do *gap* comercial em 4,0 mil milhões de euros e do rácio de transformação que passou dos 165% para os 154%, entre Setembro de 2010 e Setembro de 2011;

ii) O desempenho positivo do plano de liquidez do Banco que permitiu que as necessidades de financiamento do corrente ano se encontrem praticamente asseguradas;

iii) A melhoria dos proveitos base, com um acréscimo da margem financeira em Portugal e na actividade internacional, subindo 9,6% em termos consolidados, face aos valores dos primeiros nove meses de 2010;

iv) A continuação da política de optimização dos custos, que registaram uma diminuição na actividade doméstica e na actividade internacional, com uma descida de 5,4%, em termos consolidados, face ao período homólogo, materializando inúmeras iniciativas empreendidas.

No âmbito das operações internacionais, o Presidente destacou:

i) O contributo significativo da actividade internacional, com o resultado líquido proveniente do exterior a ascender a 73,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, um acréscimo de 177,3%, face ao período homólogo;

ii) A manutenção dos planos de expansão em África, tendo o Millennium Angola inaugurado o 50.º balcão e o Millennium bim atingido a marca de um milhão de Clientes activos, ambos em Setembro de 2011. No seu conjunto, estas operações apresentaram nos primeiros nove meses de 2011 um resultado líquido de 87,0 milhões de euros, a que corresponde um acréscimo de 44,2%, face ao período homólogo;

iii) Os bons resultados da operação polaca, que evidenciou um resultado líquido de 85,1 milhões de euros nos primeiros nove meses do ano, impulsionado pelo fortalecimento dos proveitos base e pela redução do custo do risco face ao trimestre homólogo.

No âmbito da agenda estratégica e a concluir a sua intervenção, o Presidente realçou o acordo de parceria firmado com o Banco Privado Atlântico para a constituição/aquisição de um banco no Brasil e o pedido de licença para a abertura de uma sucursal de pleno direito na República Popular da China, que se constitui como base para o losango estratégico Portugal, China, África e Brasil.

RESULTADOS E ACTIVIDADE NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2011

Tendo em consideração a conclusão da alienação da participação correspondente a 95% do capital social do Millennium Bank AS na Turquia (actual Fibabanka, Anonim Sirketi), em 27 de Dezembro de 2010, e a venda da totalidade da rede de sucursais do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (EUA), da respectiva base de depósitos e de parte da carteira de crédito, em 15 de Outubro de 2010, as demonstrações financeiras consolidadas para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e de 2010 não são directamente comparáveis, considerando-se, no entanto, materialmente pouco relevante o impacto destas transacções nos resultados e na situação patrimonial do Grupo dada a reduzida dimensão daquelas operações no contexto da actividade consolidada.

RESULTADOS

O **resultado líquido consolidado** do Millennium bcp totalizou 59,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, que comparam com 217,4 milhões de euros no período homólogo de 2010, reflectindo sobretudo os menores resultados em operações financeiras e o reforço das dotações para imparidade do crédito. Todavia, a evolução do resultado líquido foi positivamente influenciada pelo crescimento da margem financeira, beneficiando dos efeitos volume e taxa de juro positivos, pelo menor nível de outras imparidades e provisões, pelos impactos fiscais reportados, bem como pela redução dos custos operacionais, apurados quer na actividade em Portugal, quer na actividade internacional.

Não obstante o crescimento dos resultados da actividade internacional, o resultado líquido consolidado evidencia fundamentalmente a evolução da actividade em Portugal, cujo desempenho foi condicionado pelos menores resultados em operações financeiras, os quais incluem o impacto do registo de imparidade relacionada com a dívida pública grega, bem como pelo maior nível de dotações para imparidade do crédito, que contrariaram os impactos positivos decorrentes do aumento da margem financeira, do menor nível de outras imparidades e provisões, dos impactos fiscais apurados no âmbito do processo de reestruturação das participações financeiras do Grupo e da diminuição dos custos operacionais.

O aumento do resultado líquido na actividade internacional beneficiou do crescimento do produto bancário, em particular da margem financeira e dos resultados em operações financeiras, a par da redução dos custos operacionais. Este desempenho foi impulsionado pelos maiores resultados líquidos alcançados na generalidade das subsidiárias no exterior, potenciados pelo crescimento dos volumes de negócio e por ganhos de eficiência apesar dos investimentos em curso, destacando-se o nível de resultados líquidos alcançados tanto pelo Bank Millennium na Polónia, como pelo Millennium bim em Moçambique e pelo Banco Millennium Angola.

A **margem financeira** aumentou 9,6%, situando-se em 1.196,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, face aos 1.091,8 milhões de euros apurados no período homólogo de 2010, beneficiando da conjugação dos efeitos volume e do efeito taxa de juro favoráveis, corporizados na subida da taxa de margem financeira para 1,75% nos primeiros nove meses de 2011 (1,63% em igual período de 2010). Este desempenho traduz, designadamente, a prossecução de iniciativas visando a adequação do preço ao custo do risco das operações de crédito contratadas com clientes, num contexto de fortes restrições no acesso ao financiamento nos mercados de dívida por grosso e, conseqüentemente, numa maior selectividade na concessão de crédito.

O comportamento da margem financeira foi suportado quer pela actividade em Portugal, quer pela actividade internacional. Na actividade em Portugal, a margem financeira beneficiou do crescimento dos activos geradores de juros, bem como do efeito taxa de juro favorável, reflectindo, por um lado, o ajustamento dos preços aos perfis de risco dos clientes e, por outro, a evolução dos custos relacionados com os depósitos a prazo, em consonância com o esforço de captação de recursos junto da base de clientes. Por seu turno, a margem financeira da actividade internacional foi potenciada tanto pelo efeito taxa de juro como pelo efeito volume favorável, alicerçado no crescimento dos volumes de negócios, beneficiando dos desempenhos na generalidade das operações no exterior, em particular do Bank Millennium na Polónia, do Millennium bim em Moçambique e do Banco Millennium Angola.

BALANÇO MÉDIO

<i>Milhões de euros</i>	Set. 11		Set. 10	
	Saldo	Taxa %	Saldo	Taxa %
Aplicações em instituições de crédito	4.198	1,66	3.838	1,21
Activos financeiros	12.631	4,06	8.670	3,59
Créditos a clientes	73.461	4,31	74.886	3,47
	<u>90.290</u>		<u>87.394</u>	
Activos não correntes detidos para venda	-		943	6,55
Activos geradores de juros	90.290	4,15	88.337	3,42
Activos não geradores de juros	9.143		9.889	
	<u>99.433</u>		<u>98.226</u>	
Depósitos de instituições de crédito	20.207	1,69	13.540	1,41
Depósitos de clientes	46.732	2,79	45.500	1,91
Dívida emitida e passivos financeiros	20.192	2,36	26.363	1,56
Passivos subordinados	1.608	2,89	2.284	3,03
	<u>88.739</u>		<u>87.687</u>	
Passivos não correntes detidos para venda	-		854	4,20
Passivos geradores de juros	88.739	2,44	88.541	1,78
Passivos não geradores de juros	3.440		2.458	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	7.254		7.227	
	<u>99.433</u>		<u>98.226</u>	
Taxa de margem financeira ⁽¹⁾		1,75		1,63

(1) Relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de activos geradores de juros.

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em Setembro de 2011 e de 2010, à respectiva rubrica de balanço.

As **comissões líquidas** totalizaram 594,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, que comparam com 601,8 milhões de euros no período homólogo de 2010. Esta evolução foi influenciada fundamentalmente pelo comportamento desfavorável das comissões relacionadas com mercados financeiros, em particular as comissões associadas a operações sobre títulos, reflexo da volatilidade e das condições particularmente adversas nos mercados de capitais. Contudo, as comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário aumentaram 3,1%, suportadas nos crescimentos das comissões associadas a operações de crédito e garantias e ao negócio de cartões, bem como de outras comissões, das quais se destacam as comissões relacionadas com a manutenção de contas e com a solução "Cliente Frequente".

O desempenho das comissões líquidas foi condicionado especialmente pela evolução registada na actividade em Portugal, em particular das comissões associadas a operações sobre títulos, não obstante o crescimento de 4,1% das comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário, reflectindo os desempenhos favoráveis das comissões originadas na prestação de serviços bancários diversos e das comissões relacionadas com operações de crédito e garantias.

Na actividade internacional, as comissões líquidas evoluíram positivamente face ao período homólogo, excluindo o efeito das comissões geradas nos primeiros nove meses de 2010 pelas operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, alienadas parcialmente no final de 2010, tendo sido influenciadas pelos desempenhos alcançados pelas subsidiárias em Moçambique, na Polónia e em Angola, beneficiando sobretudo das comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário.

Os **resultados em operações financeiras**, que incluem os resultados em operações de negociação e de cobertura e os resultados em activos financeiros disponíveis para venda, cifraram-se em 38,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, que comparam com 345,4 milhões de euros no período homólogo de 2010. Esta evolução traduz fundamentalmente o desempenho dos resultados em operações de negociação e de cobertura, nomeadamente das operações associadas a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados, em particular os instrumentos financeiros contabilizados ao *fair value option*, assim como os instrumentos detidos para negociação relacionados com a carteira de títulos de rendimento fixo.

O comportamento dos resultados em operações financeiras foi influenciado sobretudo pela actividade em Portugal, repercutindo o registo de perdas associadas a títulos da dívida pública portuguesa nos primeiros nove meses de 2011, no montante de 126,1 milhões de euros, bem como o reconhecimento contabilístico de perdas por imparidade de títulos da dívida pública grega, no montante de 136,1 milhões de euros no terceiro trimestre de 2011. Paralelamente, os resultados em operações financeiras incluem, por um lado, a contabilização de ganhos relacionados com a recompra de emissões próprias e com a evolução do risco de crédito próprio do Banco, e, por outro, o impacto de perdas associadas à venda de operações de crédito, no montante de 69,5 milhões de euros.

Na actividade internacional, não obstante os menores ganhos relevados pela actividade das subsidiárias em Moçambique e na Polónia, face ao período homólogo de 2010, os resultados em operações financeiras evidenciaram uma evolução globalmente favorável, potenciada pelas operações desenvolvidas na Grécia e, em menor escala, na Roménia.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

<i>Milhões de euros</i>	Set. 11	Set. 10	Var. 11/10
Comissões líquidas			
Comissões bancárias			
Cartões	138,8	136,0	2,1%
Crédito e garantias	135,8	130,3	4,2%
<i>Bancassurance</i>	55,4	55,8	-0,7%
Outras comissões	171,6	164,6	4,3%
Subtotal comissões bancárias	<u>501,6</u>	<u>486,7</u>	3,1%
Comissões relacionadas com mercados			
Operações sobre títulos	55,9	75,4	-25,8%
Gestão de activos	37,0	39,7	-6,8%
Subtotal comissões com mercados	<u>92,9</u>	<u>115,1</u>	-19,3%
Total comissões líquidas	<u>594,5</u>	<u>601,8</u>	-1,2%
Resultados em operações financeiras	38,7	345,4	-88,8%
Outros proveitos de exploração líquidos	7,6	19,6	-61,3%
Rendimentos de instrumentos de capital	1,4	35,5	-96,2%
Resultados por equivalência patrimonial	2,0	53,2	-96,2%
Total outros proveitos líquidos	<u>644,2</u>	<u>1.055,5</u>	-39,0%
Outros proveitos / Produto bancário ⁽¹⁾	35,0%	49,2%	

(1) De acordo com Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

Os **outros proveitos de exploração líquidos**, que incorporam os outros proveitos de exploração, os outros resultados de actividades não bancárias e os resultados de alienação de subsidiárias e outros activos, totalizaram 7,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, que comparam com os 19,6 milhões de euros em igual período de 2010. Este comportamento foi determinado quer pelo desempenho da actividade em Portugal, reflectindo a contribuição extraordinária sobre o sector bancário em 2011, embora mitigado pelo registo, no primeiro trimestre de 2011, de um ajuste de prémios de seguros relacionados com pensões, quer pelo menor nível de outros proveitos líquidos apurado na actividade internacional, induzido pelas subsidiárias na Grécia e na Polónia, não obstante o contributo positivo do Millennium bim em Moçambique.

Os **resultados por equivalência patrimonial**, que incluem os resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional, situaram-se em 2,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011 (53,2 milhões de euros em igual período de 2010), incorporando fundamentalmente a menor apropriação de resultados decorrente da participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas, na sequência do registo de imparidades, nomeadamente as relacionadas com a dívida pública grega.

Os **custos operacionais**, que incluem os custos com o pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, diminuíram 5,4%, cifrando-se em 1.119,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, face aos 1.183,4 milhões de euros em igual período de 2010. A redução dos custos operacionais foi suportada pelo controlo rigoroso de custos que tem vindo a ser empreendido tanto na actividade em Portugal como na actividade internacional, reflectido nos decréscimos globais de 4,5% nos outros gastos administrativos, de 4,7% nos custos com o pessoal e de 15,8% nas amortizações do exercício. O rácio de eficiência consolidado, em base comparável, situou-se em 63,1% nos primeiros nove meses de 2011 (55,1% em igual período de 2010), enquanto que na actividade em Portugal situou-se em 65,4% nos primeiros nove meses de 2011 (48,7% em igual período de 2010).

Na actividade em Portugal, a redução de 5,8% nos custos operacionais foi favoravelmente influenciada pelas poupanças alcançadas nas rubricas de outros gastos administrativos, em particular em publicidade, estudos e consultas, *outsourcing* e outros serviços especializados, a par da diminuição dos custos com o pessoal, influenciados pela anulação de provisões para custos com pensões, bem como pelo menor nível de amortizações do exercício apurado nos primeiros nove meses de 2011. Por seu turno, na actividade internacional, a diminuição dos custos operacionais reflecte fundamentalmente o impacto resultante da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, ocorrida no final de 2010, o qual mais do que compensou o aumento dos custos operacionais relevados nas operações desenvolvidas na Polónia, em Angola e em Moçambique, traduzindo o suporte aos planos de negócio em curso.

Os **custos com o pessoal** decresceram 4,7%, situando-se em 622,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, face aos 653,4 milhões de euros relevados em igual período de 2010, reflectindo os decréscimos de 4,6% na actividade em Portugal e de 4,8% na actividade internacional. Na actividade em Portugal, os custos com pessoal foram influenciados fundamentalmente pelos menores custos com pensões, resultantes da anulação de provisões no montante de 46,2 milhões de euros, dos quais 31,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011 e 14,8 milhões de euros no terceiro trimestre de 2011. Na actividade internacional, os custos com pessoal foram influenciados pelo já mencionado impacto da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, o qual mais do que compensou os aumentos evidenciados pelas subsidiárias na Polónia, em Angola e em Moçambique, traduzindo o aumento do número de colaboradores, em particular nestas últimas operações em +139 e +230, respectivamente, entre 30 de Setembro de 2010 e de 2011, em consonância com a estratégia de reforço da importância do negócio nestes mercados enquanto plataforma de crescimento para África.

Os **outros gastos administrativos** reduziram 4,5%, cifrando-se em 426,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, face aos 446,4 milhões de euros relevados em igual período de 2010. A redução dos outros gastos administrativos beneficiou das poupanças alcançadas na maioria dos agregados, nomeadamente dos gastos com serviços especializados, publicidade, *outsourcing*, comunicações e deslocações, tendo sido especialmente influenciada pela actividade em Portugal, a qual registou uma contracção nos gastos de 7,1%, face aos primeiros nove meses de 2010, materializando o impacto da implementação de iniciativas enfocadas na racionalização e contenção de custos operacionais.

Paralelamente, os custos operacionais na actividade internacional diminuíram 1,3%, situando-se em 196,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011 (198,8 milhões de euros no período homólogo de 2010), induzidos pelo mencionado efeito da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, a par dos menores gastos relevados pela subsidiária na Grécia, como resultado do redimensionamento da rede de distribuição, não obstante os aumentos dos outros gastos administrativos apurados pelo Bank Millennium na Polónia, pelo Banco Millennium Angola e pelo Millennium bim em Moçambique, na sequência da expansão da actividade nestes últimos mercados, corporizando a estratégia de enfoque em geografias de elevado potencial para suportar o crescimento a médio prazo.

As **amortizações do exercício** diminuíram 15,8%, totalizando 70,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, face aos 83,7 milhões de euros relevados em igual período de 2010, beneficiando fundamentalmente do menor nível de amortizações apurado na actividade em Portugal (-11,2%), em particular as amortizações relacionadas com equipamentos e imóveis, acompanhando o gradual termo do período de amortização de investimentos realizados, não obstante o aumento do nível de amortizações associado ao *software*, influenciado pelo processo de contínua renovação tecnológica.

Na actividade internacional, as amortizações do exercício cifraram-se em 33,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011 (42,5 milhões de euros em igual período de 2010), representando 48% do montante consolidado de amortizações do exercício. Este comportamento foi influenciado pelo já referido impacto da alienação das subsidiárias na Turquia e nos Estados Unidos da América e, simultaneamente, pela redução do nível de amortizações relevado pelo Bank Millennium na Polónia, não obstante os aumentos de amortizações observados nas subsidiárias em Angola e em Moçambique, como resultado dos investimentos efectuados no âmbito dos planos de expansão da actividade em curso nestas geografias.

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros	Set. 11	Set. 10	Var. 11/10
Custos com o pessoal ⁽¹⁾	622,9	653,4	-4,7%
Outros gastos administrativos	426,3	446,4	-4,5%
Amortizações do exercício	70,4	83,7	-15,8%
	<u>1.119,6</u>	<u>1.183,4</u>	-5,4%
dos quais:			
Actividade em Portugal	682,0	724,1	-5,8%
Actividade internacional	437,6	459,3	-4,7%
Custos operacionais / Produto bancário ^{(2) (3)}	65,4%	48,7%	

(1) Inclui a anulação de provisões nos primeiros nove meses de 2011 relacionadas pensões, no montante de 46,2 milhões de euros, e a contabilização no segundo trimestre de 2011 de custos relacionados com reformas antecipadas, no montante de 3,4 milhões de euros.

(2) Actividade em Portugal. De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Exclui impacto de itens específicos.

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** cifrou-se em 764,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, que compara com 549,9 milhões de euros relevados no período homólogo de 2010. Este desempenho reflecte sobretudo o reforço das dotações para imparidade do crédito na actividade em Portugal, influenciado pelo comportamento da carteira de crédito com sinais de imparidade, induzido pelo enquadramento económico-financeiro particularmente adverso e incidindo sobre diversos sectores de actividade, não obstante o aperfeiçoamento e o reforço dos mecanismos de prevenção e de controlo e gestão do risco. Na actividade internacional registaram-se igualmente maiores imparidades do crédito (líquidas de recuperações), face aos primeiros nove meses de 2010, como resultado do maior nível de dotações apurado pelas subsidiárias na Grécia, Suíça, Moçambique e Angola, apesar da retracção do nível de dotações para imparidade do crédito evidenciada pelo Bank Millennium na Polónia.

O custo do risco, calculado pela proporção das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) em função da carteira de crédito, situou-se em 135 pontos base nos primeiros nove meses de 2011 (96 pontos base nos primeiros nove meses de 2010).

As **outras imparidades e provisões**, que incluem as dotações para imparidades de outros activos, entre os quais os activos recebidos em dação não totalmente cobertos por garantias, a imparidade do *goodwill* e as outras provisões, fixaram-se em 24,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, que comparam com 130,0 milhões de euros em igual período de 2010. Esta evolução foi influenciada por um lado pelo reconhecimento de uma imparidade no montante de 73,6 milhões de euros, relevada no segundo trimestre de 2010, associada ao *goodwill* do Millennium bank na Grécia, e, por outro, pela diminuição do efeito líquido entre as dotações e a anulação de provisões relacionadas com dações e outras contingências, tanto na actividade em Portugal como na actividade internacional.

Os **impostos** correntes **sobre lucros** situaram-se em 57,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, comparando com os 42,5 milhões de euros apurados no período homólogo de 2010. Os impostos diferidos sobre lucros totalizaram -247,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011 (-18,4 milhões de euros em igual período de 2010) reflectindo essencialmente os impactos fiscais apurados no âmbito do processo de reestruturação das participações financeiras do Grupo.

BALANÇO

O **activo total** consolidado totalizou 97.353 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, comparando com 99.434 milhões de euros relevados em igual data de 2010.

O **crédito a clientes** (bruto), em base comparável (ajustado de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros), registou uma contracção de 4,3%, situando-se em 73.379 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, face aos 76.638 milhões de euros relevados em igual data de 2010. O desempenho do crédito a clientes traduziu essencialmente o comportamento da actividade em Portugal, a qual evidenciou um decréscimo de 5,5% face a 30 de Setembro de 2010, enquanto que na actividade internacional o crédito a clientes registou uma estabilização (+0,2%) no mesmo período, influenciada pela redução do crédito concedido a clientes na quase generalidade das operações internacionais, mais do que contrariada pelos acréscimos observados nas subsidiárias na Polónia e em Angola.

A evolução do crédito a clientes traduziu fundamentalmente o comportamento do crédito a empresas, o qual, apesar de repercutir o efeito da venda de operações de crédito e o abrandamento na concessão de crédito, manteve-se como a principal componente da carteira de crédito a clientes, representando 52% do crédito total, cifrando-se em 38.238 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011 em base comparável (41.797 milhões de euros em 30 de Setembro de 2010). Por seu turno, a carteira de crédito a clientes particulares totalizou 35.141 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011 (+0,9%), que compara com os 34.841 milhões de euros apurados em igual data de 2010, repercutindo sobretudo a evolução do crédito hipotecário (+1,9%), alicerçada fundamentalmente no desempenho da actividade internacional, apesar do contributo também positivo embora mais moderado da actividade em Portugal, enquanto que o crédito ao consumo diminuiu em 5,7%, face a 30 de Setembro de 2010, traduzindo os decréscimos evidenciados tanto na actividade em Portugal como na actividade internacional.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Particulares			
Crédito hipotecário	30.592	30.014	1,9%
Crédito ao consumo	4.549	4.827	-5,7%
	<u>35.141</u>	<u>34.841</u>	0,9%
Empresas			
Serviços ⁽¹⁾	15.219	16.301	-6,6%
Comércio	4.440	4.860	-8,6%
Construção	5.500	4.939	11,4%
Outros	13.079	15.697	-16,7%
	<u>38.238</u>	<u>41.797</u>	-8,5%
Total ⁽¹⁾	<u>73.379</u>	<u>76.638</u>	-4,3%
Do qual:			
Actividade em Portugal ⁽¹⁾	56.280	59.573	-5,5%
Actividade internacional	17.099	17.065	0,2%

(1) Ajustado de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros, à data de 30 de Setembro de 2011.

A **qualidade da carteira de crédito**, mensurada pelos indicadores de incumprimento, em especial pela proporção do crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 4,3% em 30 de Setembro de 2011 (3,1% em igual data de 2010), reflectindo o agravamento das condições económicas e financeiras das famílias e das empresas num contexto persistentemente adverso, tendo o mencionado rácio situado-se em 2,3% no segmento de clientes particulares, determinado sobretudo pelo crédito ao consumo, e em 6,0% no segmento de empresas. O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidade situou-se em 95,5% em 30 de Setembro de 2011.

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

<i>Milhões de euros</i>	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/ CV>90 dias)
Particulares				
Crédito hipotecário	214	190	0,7%	88,7%
Crédito ao consumo	589	515	13,0%	87,4%
	<u>803</u>	<u>705</u>	2,3%	87,7%
Empresas				
Serviços	656	749	3,8%	114,2%
Comércio	359	302	8,1%	84,0%
Construção	788	495	14,3%	62,8%
Outros	641	851	4,9%	132,9%
	<u>2.444</u>	<u>2.397</u>	6,0%	98,1%
Total	<u>3.247</u>	<u>3.102</u>	4,3%	95,5%

Os **recursos totais** de clientes em base comparável (ajustados de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros) totalizaram 64.552 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, diminuindo 3,6%, quando comparado com os 66.971 milhões de euros relevados em igual data de 2010. A evolução dos recursos totais de clientes reflecte essencialmente o comportamento dos recursos fora de balanço de clientes (-21,8%), induzido quer pelos seguros de capitalização, quer pelos activos sob gestão, não obstante o crescimento de 2,5% dos recursos de balanço de clientes para os 51.351 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011 (50.082 milhões de euros no final de Setembro de 2010), mantendo-se os depósitos de clientes, apesar da estabilização observada no período em análise, na liderança destacada dos recursos mobilizados junto de clientes, ao representar 70% dos recursos totais de clientes no final de Setembro de 2011.

O comportamento dos recursos totais de clientes foi influenciado sobretudo pelo decréscimo de 3,9% dos recursos de clientes na actividade em Portugal, situando-se em 48.695 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011 (50.676 milhões de euros em igual data de 2010), determinado pelos recursos fora de balanço de clientes, não obstante o aumento de 3,5% nos recursos de balanço de clientes verificado no mesmo período. Por seu turno, a evolução dos recursos totais de clientes na actividade internacional foi parcialmente condicionada pelo efeito da desvalorização do zloti face ao euro, cifrando-se em 15.857 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011 (16.295 milhões de euros em igual data de 2010). Excluindo o efeito cambial, os recursos totais na actividade internacional evidenciaram um desempenho positivo, suportados pelo Bank Millennium na Polónia, beneficiando do aumento dos recursos de balanço de clientes, e pela actividade do Banco Millennium Angola e do Millennium bim em Moçambique, designadamente através da captação de depósitos de clientes.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Recursos de balanço de clientes			
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	45.312	45.319	0,0%
Débitos para com clientes titulados ⁽²⁾	6.039	4.763	26,8%
	<u>51.351</u>	<u>50.082</u>	2,5%
Recursos fora de balanço de clientes			
Activos sob gestão	3.767	4.855	-22,4%
Produtos de capitalização ⁽³⁾	9.434	12.034	-21,6%
	<u>13.201</u>	<u>16.889</u>	-21,8%
Total ⁽¹⁾	<u>64.552</u>	<u>66.971</u>	-3,6%
dos quais:			
Actividade em Portugal ⁽¹⁾	48.695	50.676	-3,9%
Actividade internacional	15.857	16.295	-2,7%

(1) Ajustado de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros, à data de 30 de Setembro de 2011.

(2) Emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

(3) Inclui Unit linked e Planos poupança reforma.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

No terceiro trimestre de 2011, a incerteza e a complexidade na definição de acordos e instrumentos para a mitigação da crise de dívida soberana na Europa contribuíram para a deterioração do clima de confiança, com consequências nefastas no desempenho dos mercados financeiros, em particular no mercado interbancário europeu. Em reacção à deterioração do sentimento de mercado, quer os Bancos Centrais quer o Banco Central Europeu (BCE) actuaram sobre a liquidez, tendo este último retomado quer a realização de operações extraordinárias de cedência de liquidez a um ano, quer o programa de compra de obrigações hipotecárias em complemento da aquisição de dívida pública, em defesa da estabilidade financeira e da sustentabilidade económica da área do euro.

Neste contexto, o Millennium bcp continuou a efectuar uma gestão de liquidez proactiva tendo em vista a prossecução, quer da melhoria sustentada do *gap* comercial, quer dos objectivos definidos no Plano de Liquidez para 2011, de modo a garantir atempadamente a satisfação das necessidades de refinanciamento previstas até final do exercício em curso. Neste âmbito, enquadra-se a emissão pelo Banco, no decurso do terceiro trimestre de 2011, de obrigações no montante de 1.750 milhões de euros, com garantia do Estado Português, contribuindo para o reforço do colateral a utilizar em eventuais operações de refinanciamento junto do BCE.

No final de Setembro de 2011, a exposição do Millennium bcp ao BCE cifrava-se em 15,3 mil milhões de euros, mantendo-se, deste modo, sensivelmente em linha com a verificada no final dos trimestre anteriores. Por seu turno, num contexto de agravamento dos mercados financeiros e de simultânea reavaliação de um conjunto de operações em carteira, em 30 de Setembro de 2011 a carteira de títulos elegíveis para colateral em eventuais operações de financiamento junto de Bancos Centrais situou-se em 18,8 mil milhões de euros, incluindo a retoma de uma operação que havia deixado de integrar a *pool* no final de Setembro de 2001.

CAPITAL

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adopção de metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da actividade em Portugal e com efeitos a 31 de Dezembro de 2010.

No final de Setembro de 2011, o rácio Core Tier I consolidado, incluindo a operação de *liability management* sobre acções preferenciais finalizada no início de Outubro, atingiu 9,1%, ultrapassando os 9% fixados como mínimo para o final de 2011, tendo aumentado 58 pontos base face a 30 de Junho de 2011. Esta evolução foi determinada pelo impacto positivo decorrente da concretização da mencionada operação de *liability management* sobre acções preferenciais e dívida subordinada, não obstante ter sido parcialmente contrariado pelo provisionamento efectuado para a dívida pública grega em carteira e pelo provisionamento regulamentar de crédito tratado pelo método padrão, assim como por outras condicionantes da actividade, com destaque para os efeitos negativos dos diferimentos da transição para as IFRS, da tábua de mortalidade de 2005 e das perdas actuariais de 2008.

Os riscos ponderados diminuiram 1.008 milhões de euros, tendo sido favoravelmente influenciados quer pelo *deleveraging* em curso e pela manutenção do esforço de optimização de riscos ponderados, nomeadamente no que se refere ao reforço de colaterais, quer pelo impacto decorrente da aplicação das regras recentemente comunicadas pelo Banco de Portugal no que respeita aos ponderadores a aplicar às posições em risco sobre Angola.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11 Incluindo operação de Liability Management	30 Set. 11	30 Jun. 11
Fundos Próprios			
Base	4.799	5.165	5.441
dos quais: Acções preferenciais e "Valores"	173	943	945
Outras deduções ⁽¹⁾	(573)	(573)	(453)
Complementares	495	431	810
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(133)	(133)	(125)
Total	5.161	5.463	6.125
Riscos Ponderados	57.424	57.424	58.432
Rácios de Solvabilidade			
Core Tier I	9,1%	8,3%	8,5%
Tier II	0,6%	0,5%	1,2%
Total	9,0%	9,5%	10,5%

(1) Inclui as deduções relacionadas com o diferencial de perdas esperadas face à imparidade e com a detenção de participações significativas no capital de instituições financeiras não consolidadas para efeitos prudenciais, nomeadamente as associadas às participações detidas na Millenniumbcp Ageas e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

Nota: O Banco de Portugal autorizou a utilização dos métodos de notações internas (IRB) para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, com efeitos a 31 de Dezembro de 2010. Foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dado o incumprimento (IRB Advanced) para as exposições de retalho sobre pequenas empresas e colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (IRB Foundation) para as carteiras de empresas, em Portugal, excluindo as do segmento de promoção imobiliária e as tratadas pelo sistema de rating simplificado. No 1º semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avançado (modelo interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

SEGMENTOS

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas e de Private Banking & Asset Management.

Caracterização dos segmentos

O negócio da Banca de Retalho inclui a actividade de Retalho do Banco Comercial Português em Portugal, que actua como canal de distribuição dos produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo actua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam maiores perspectivas de crescimento.

O Retalho em Portugal inclui: (i) a Rede de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes *Mass-market*, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes *Prestige* e Negócios; e (ii) o ActivoBank, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores.

O negócio da Banca de Empresas inclui a Rede de Empresas em Portugal que funciona, no âmbito da estratégia de *cross-selling* do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento Corporate & Banca de Investimento. A Rede de Empresas em Portugal, serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados.

O segmento Corporate & Banca de Investimento inclui: (i) a Rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, na prestação serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de *Project finance*, *Corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *Equity research*, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e (iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

O segmento Private Banking & Asset Management, para efeitos de segmentos geográficos, engloba a rede de Private Banking em Portugal e as subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento que operam em Portugal. Em termos de segmentos de negócio inclui também a actividade do Banque Privée BCP e do Millennium bcp Bank & Trust.

O segmento Negócios no Exterior, para efeitos de segmentos geográficos, engloba as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente o Bank Millennium na Polónia, o Millennium bank na Grécia, o Banque Privée BCP na Suíça, a Banca Millennium na Roménia, o Millennium bim em Moçambique, o Banco Millennium Angola e o Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão. Nos primeiros nove meses de 2010 faziam também parte deste segmento o Millennium bank na Turquia (operação parcialmente alienada em 27 de Dezembro de 2010) e o Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (operação parcialmente alienada em 15 de Outubro de 2010). Para efeitos de segmentos de negócios, o segmento Negócios no Exterior contempla as diferentes operações do Grupo fora de Portugal anteriormente referidas com excepção do Banque Privée BCP na Suíça e do Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão que, neste âmbito, fazem parte do segmento Private Banking & Asset Management.

Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas; na Grécia por uma operação centrada no retalho e baseada na oferta de produtos inovadores e elevados níveis de serviço; na Suíça pelo Banque Privée BCP, uma operação de Private Banking de direito suíço; e na Roménia por uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas; em Angola por um banco focado em clientes particulares, empresas e instituições do sector público e privado; e nas Ilhas Caimão pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais, na área de Private Banking, a clientes com elevado património financeiro (segmento *Affluent*).

Actividade por segmentos

Os valores reportados para cada segmento resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da demonstração de resultados, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afecto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se: (i) nos primeiros nove meses de 2010 o método padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito; e (ii) nos primeiros nove meses de 2011 o *IRB Advanced* para riscos de crédito da carteira de retalho relativos a pequenos negócios ou colateralizados por bens imóveis residenciais ou comerciais e *IRB Foundation* para o crédito a empresas, em Portugal, excepto promotores imobiliários e entidades do sistema de *rating* simplificado. A afectação de capital a cada segmento, nos primeiros nove meses de 2010 e de 2011, resultou da aplicação de 6,5% aos riscos geridos por cada um dos segmentos.

Na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal, foi adoptado, a partir de 2009, o método standard para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado e para riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

A informação referente aos primeiros nove meses de 2010 encontra-se em base comparável com a informação reportada para os primeiros nove meses de 2011 reflectindo a estrutura actual organizativa das áreas de negócio do Grupo referidas na Caracterização dos Segmentos anteriormente descritas.

As contribuições líquidas de cada segmento não estão deduzidas, quando aplicável, dos interesses que não controlam. Assim, os valores das contribuições líquidas apresentados reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 30 de Setembro de 2011.

Retalho em Portugal

O Retalho em Portugal registou uma contribuição líquida de 18,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, comparando com uma contribuição líquida de 81,7 milhões de euros no período homólogo de 2010, determinada sobretudo pelo aumento das dotações para imparidade do crédito.

O desempenho da margem financeira nos primeiros nove meses de 2011 reflecte, por um lado, a contracção no volume do crédito concedido, decorrente da crescente selectividade na concessão do crédito e da diminuição da procura, e por outro, a redução da taxa de margem financeira do crédito. Não obstante o elevado aumento concorrencial na captação de recursos, o esforço de captação traduziu-se num aumento do volume dos depósitos a prazo e à ordem e no crescimento das taxas de margem.

A evolução dos outros proveitos líquidos, face aos primeiros nove meses de 2010, foi condicionada pelo decréscimo das comissões, nomeadamente as relacionadas com operações de crédito e seguros de poupança, não obstante o aumento das comissões referentes a depósitos à ordem, produtos estruturados e seguros de risco.

As dotações para imparidade do crédito registaram uma subida nos primeiros nove meses de 2011, quando comparadas com o valor relevado no período homólogo de 2010, como resultado do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito na sequência da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao sector da construção e turismo.

O aumento registado nos custos operacionais decorre essencialmente dos maiores custos com pensões relacionados com a amortização das diferenças actuariais acima do corredor, e de maiores custos associados aos processos de recuperação de crédito.

Os recursos totais de clientes decresceram 0,4%, ascendendo a 35.357 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, comparando com os 35.508 milhões de euros apurados em 30 de Setembro de 2010. Os depósitos de clientes evidenciaram um aumento de 9,1% face a 30 de Setembro de 2010, reflectindo o esforço comercial na captação de recursos. Por seu turno, o crédito a clientes atingiu 32.121 milhões de euros no final de Setembro de 2011, reduzindo 5,3% face aos 33.905 milhões de euros contabilizados no final de Setembro de 2010.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	352,3	398,2	-11,5%
Outros proveitos líquidos	334,4	334,7	-0,1%
	<u>686,7</u>	<u>732,9</u>	-6,3%
Custos operacionais	512,2	502,9	1,9%
Imparidade	148,7	118,8	25,2%
Contribuição antes de impostos	25,8	111,2	-76,8%
Impostos	7,7	29,6	-73,9%
Contribuição líquida	<u>18,1</u>	<u>81,7</u>	-77,9%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	955	1.287	-25,8%
Rendibilidade do capital afecto	2,5%	8,5%	
Riscos ponderados	14.686	19.801	-25,8%
Rácio de eficiência	74,6%	68,6%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	32.121	33.905	-5,3%
Recursos totais de clientes	35.357	35.508	-0,4%

(1) Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Rede de Empresas

A rede de Empresas registou uma contribuição líquida negativa de 29,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, comparando com uma contribuição líquida igualmente negativa de 6,9 milhões de euros no período homólogo de 2010, e reflectindo essencialmente o aumento das dotações para imparidade do crédito.

O bom desempenho da margem financeira evidencia o efeito do aumento da taxa de margem dos depósitos à ordem e do crédito a clientes que suplantou o efeito da redução dos volumes de negócio. Para este desempenho foi crucial o enfoque na rentabilidade através do reforço do processo de *repricing* das operações de crédito, de modo a adequar o preço dos produtos ao perfil de risco de cada cliente.

A diminuição dos outros proveitos líquidos está associada ao decréscimo das comissões referentes a serviços financeiros e ao negócio de empresas não residentes, apesar do aumento das comissões relacionadas com crédito.

O acréscimo das dotações para imparidade do crédito, face aos primeiros nove meses de 2010, decorre quer da desvalorização dos colaterais financeiros quer do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito na sequência da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao sector da construção e turismo.

Pelo terceiro trimestre consecutivo verifica-se uma diminuição dos custos operacionais encontrando-se suportada nas medidas de simplificação organizativa e de optimização dos processos que têm vindo a ser implementadas de forma consistente, consubstanciada, nomeadamente, nas reduções observadas nos outros gastos administrativos.

O crédito a clientes diminuiu 4,7%, totalizando 9.625 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, que comparam com os 10.096 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, evidenciando a redução do financiamento em moeda nacional, do crédito à promoção imobiliária e do papel comercial.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 2.543 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, comparando com os 2.882 milhões de euros atingidos em 30 de Setembro de 2010.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	133,9	131,8	1,6%
Outros proveitos líquidos	60,6	68,6	-11,7%
	194,5	200,4	-3,0%
Custos operacionais	42,1	45,2	-6,8%
Imparidade	194,0	164,6	17,8%
Contribuição antes de impostos	(41,6)	(9,3)	-
Impostos	(12,1)	(2,5)	-
Contribuição líquida	(29,5)	(6,9)	-
Síntese de indicadores			
Capital afecto	648	642	1,0%
Rendibilidade do capital afecto	-6,1%	-1,4%	
Riscos ponderados	9.976	9.875	1,0%
Rácio de eficiência	21,7%	22,5%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	9.625	10.096	-4,7%
Recursos totais de clientes	2.543	2.882	-11,8%

⁽¹⁾ Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Corporate & Banca de Investimento

O segmento Corporate & Banca de Investimento registou uma contribuição líquida de 22,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, comparando com uma contribuição líquida de 58,6 milhões de euros no período homólogo de 2010, como resultado do aumento das dotações para imparidade do crédito e da redução dos outros proveitos líquidos.

O bom desempenho da margem financeira, suportado pela Rede Corporate, reflecte o efeito do aumento da taxa de margem dos depósitos à ordem e do crédito a clientes na sequência do enfoque na rentabilidade através do processo de *repricing*, promovendo a adequação do *spread* das operações ao risco e reforçando os mitigantes a elas associados.

Não obstante o aumento das comissões na rede Corporate, com destaque para as comissões associadas ao crédito, seguros de risco, negócio de empresas não residentes e depósitos à ordem, a diminuição dos resultados em operações financeiras da Banca de Investimento determinou o decréscimo dos outros proveitos líquidos.

O reforço das dotações para imparidade do crédito registado nos primeiros nove meses de 2011, quando comparado com o período homólogo de 2010, decorre quer da desvalorização dos colaterais financeiros quer do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito na sequência da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao sector da construção e turismo.

Em conformidade com a prioridade estratégica de *deleverage*, o crédito a clientes diminuiu 9,1%, ao totalizar 12.341 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, comparando com os 13.578 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, determinado pela redução do financiamento em moeda nacional, do crédito *syndicated* e do *leasing*. Os recursos totais de clientes cresceram 10,8%, ascendendo a 11.718 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, comparando com 10.577 milhões de euros apurados em 30 de Setembro de 2010 determinados por um aumento dos depósitos de clientes.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	172,9	147,4	17,3%
Outros proveitos líquidos	115,7	137,8	-16,0%
	288,6	285,2	1,2%
Custos operacionais	57,7	54,6	5,7%
Imparidade	199,6	150,8	32,4%
Contribuição antes de impostos	31,3	79,8	-60,8%
Impostos	9,1	21,1	-57,1%
Contribuição líquida	22,2	58,6	-62,1%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.049	992	5,7%
Rendibilidade do capital afecto	2,8%	7,9%	
Riscos ponderados	16.135	15.267	5,7%
Rácio de eficiência	20,0%	19,1%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	12.341	13.578	-9,1%
Recursos totais de clientes	11.718	10.577	10,8%

⁽¹⁾ Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Private Banking & Asset Management

O segmento Private Banking & Asset Management, considerando o critério de segmentação geográfica, registou uma contribuição líquida negativa de 61,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, comparando com uma contribuição líquida também negativa de 8,4 milhões de euros no período homólogo de 2010, determinada pelo aumento das dotações para imparidade do crédito.

A redução da margem financeira reflecte a diminuição dos volumes do crédito a clientes e da taxa de margem dos recursos a prazo, não obstante o esforço de implementação do *repricing* de forma a reflectir o custo do risco e de liquidez, e o aumento da taxas de margem financeira dos recursos à ordem e da taxa de margem do crédito a clientes.

O acréscimo dos outros proveitos líquidos em 34,8%, decorre quer da actividade do Private Banking em Portugal quer do International Private Banking, determinado pelo aumento das comissões associadas ao património sob gestão, que permitiram compensar o decréscimo das comissões relacionadas com fundos de investimento, produtos estruturados e com operações de bolsa.

O aumento das dotações para imparidade do crédito resultou da desvalorização de colaterais financeiros e do agravamento da carteira de crédito com sinais de imparidade, nomeadamente no International Private Banking.

O crédito a clientes totalizou 1.313 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, decrescendo 5,5% face a 30 de Setembro de 2010, como resultado da redução do crédito concedido pelo Private Banking em Portugal.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 4.960 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, comparando com os 5.629 milhões de euros registados em 30 de Setembro de 2010, suportados na diminuição dos recursos fora de balanço, dado o acréscimo de 15,0% registado nos depósitos de clientes.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	15,7	16,0	-1,9%
Outros proveitos líquidos	21,6	16,0	34,8%
	37,3	32,1	16,4%
Custos operacionais	24,1	23,7	1,7%
Imparidade	100,4	20,1	-
Contribuição antes de impostos	(87,2)	(11,7)	-
Impostos	(25,3)	(3,3)	-
Contribuição líquida	(61,9)	(8,4)	-
Síntese de indicadores			
Capital afecto	56	58	-4,2%
Rendibilidade do capital afecto	-147,8%	-19,2%	
Riscos ponderados	861	899	-4,2%
Rácio de eficiência	64,5%	73,8%	
Crédito a clientes	1.313	1.389	-5,5%
Recursos totais de clientes	4.960	5.629	-11,9%

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Negócios no Exterior

A contribuição líquida do segmento Negócios no Exterior, considerando o critério de segmentação geográfica, ascendeu a 119,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, comparando com uma contribuição líquida de 58,5 milhões de euros apurada no período homólogo de 2010. O aumento de 104,2% face ao período homólogo foi determinado pelo aumento da margem financeira e pela redução dos custos operacionais.

O aumento da margem financeira em 20,6% face aos primeiros nove meses 2010 foi suportado no desempenho da globalidade das operações, com destaque para o desempenho das operações desenvolvidas na Polónia, em Moçambique e em Angola.

O decréscimo dos outros proveitos líquidos reflecte, essencialmente, os impactos relevados nos primeiros nove meses de 2010 relacionados com as actividades desenvolvidas na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram parcialmente alienadas, bem como o desempenho das operações desenvolvidas na Polónia, na Suíça e na Grécia.

Os custos operacionais diminuíram 4,7% nos primeiros nove meses de 2011, face ao período homólogo de 2010, apesar dos aumentos verificados nas operações desenvolvidas na Polónia, em Angola e em Moçambique, fundamentalmente influenciados pelos custos operacionais relevados nos primeiros nove meses de 2010 relacionados com as actividades desenvolvidas na Turquia e nos Estados Unidos da América.

O aumento das dotações para imparidade do crédito, face ao período homólogo, está, essencialmente, associado ao maior nível de provisionamento relevado nas subsidiárias da Grécia e da Suíça parcialmente compensado pela diminuição verificada na Polónia.

Os recursos totais de clientes diminuíram 2,7%, totalizando 15.857 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, sendo de destacar o desempenho favorável dos depósitos de clientes e desfavorável dos activos sob gestão.

O crédito concedido a clientes decresceu 0,4%, ascendendo a 16.447 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, suportado no crédito a particulares, em que a diminuição evidenciada nas operações nas Ilhas Caimão, na Grécia e na Suíça foi parcialmente compensada pelos aumentos registados na Polónia, em Angola e em Moçambique.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	460,2	381,5	20,6%
Outros proveitos líquidos	253,6	268,5	-5,6%
	713,8	650,0	9,8%
Custos operacionais	437,7	459,3	-4,7%
Imparidade	123,2	115,4	6,8%
Contribuição antes de impostos	152,9	75,2	103,2%
Impostos	33,3	16,7	99,6%
Contribuição líquida	119,6	58,5	104,2%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.265	1.441	-12,2%
Rendibilidade do capital afecto	12,6%	5,4%	
Riscos ponderados	14.123	14.791	-4,5%
Rácio de eficiência	61,3%	70,7%	
Crédito a clientes	16.447	16.514	-0,4%
Recursos totais de clientes	15.857	16.295	-2,7%

Nota: Em Setembro de 2010 o crédito a clientes e os recursos totais de clientes foram ajustados dos impactos relacionados com as actividades desenvolvidas na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram parcialmente alienadas no decurso de 2010.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

A actividade do Millennium bcp no 3.º trimestre de 2011 ficou marcada pelo início da implementação da nova agenda estratégica, anunciada em Julho de 2011, cujas principais linhas de orientação centram-se em quatro áreas chave: (i) garantir níveis de solvabilidade acima dos requisitos regulatórios de 9% de Core Tier I em 2011 e 10% em 2012; (ii) gerir o processo de desalavancagem para estabilizar as necessidades e estrutura de financiamento; (iii) recuperar os níveis de rentabilidade do negócio em Portugal, com o objectivo de superar uma rentabilidade de capitais próprios de 10%; e (iv) focar o *portfolio* internacional em função da sua atractividade e recursos disponíveis, elegendo como mercados prioritários os mercados de afinidade. Merecem saliência durante o 3.º trimestre de 2011:

- Lançamento de uma oferta de troca destinada a detentores de instrumentos de dívida perpétua e de acções preferenciais, inserindo-se na gestão proactiva da estrutura de financiamento e de fundos próprios do Grupo, constituindo-se como uma das iniciativas para atingir um rácio de capital regulamentar de Core Tier I de 9% em 2011.
- Assinatura de acordo de parceria com o Banco Privado Atlântico, S.A. para a constituição de um banco no Brasil, tendo em vista a exploração de oportunidades no mercado brasileiro, nomeadamente nas áreas de *corporate finance* e *trade finance*, através de parcerias.
- Nomeação de António Ramalho para Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo do BCP.
- Nomeação de Dimitrios Romossios para *Chief Executive Officer* do Millennium bank na Grécia.
- Renovação do Certificado de Qualidade, no âmbito da Norma ISO 9001:2008, atribuído pela Bureau Veritas Certification. Para além dos 34 processos já certificados, o Millennium bcp obteve a certificação de mais cinco: Mercado Monetário Interbancário - Negociação, Confirmação e Registo de Operações; Custódia e Eventos/Rendimentos; Conta Empréstimo - CLS; Contas Correntes e Descobertos Contratados; e Garantias Bancárias, Fianças e Avals.
- Estabelecimento de Protocolos de parceria entre a rede de Microcrédito do Millennium bcp e o Instituto da Segurança Social, a Beta-i - Associação para a Promoção da Inovação e Empreendedorismo, o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa e a Câmara Municipal de Faro, com o objectivo de estimular e apoiar a capacidade de iniciativa e a vocação empreendedora.
- Atribuição, pela 6.ª vez consecutiva, do prémio "*Best Bank in Real Estate em Portugal*" pela Euromoney.
- Distinção do Millennium bcp com o prémio de "Melhor Relatório de Gestão em 2010", com o Relatório e Contas de 2009, pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa.
- Distinção do ActivoBank pela Global Finance com a atribuição de prémios no âmbito dos "*World's Best Internet Banks in Europe 2011*" em quatro categorias: "*Best Consumer Internet Bank*" em Portugal, "*Best Integrated Consumer Bank Site*", "*Best Web Site Design*" e "*Best in Mobile Banking*", na Europa.
- A atribuição do prémio de "Melhor Seguradora de 2011 em Portugal" à Millenniumbcp Ageas pela World Finance.
- Atribuição, pela 1.ª vez a um banco moçambicano, do prémio "Melhor Banco Local de África" ao Millennium bim pela revista African Banker. A African Banker seleccionou igualmente o Millennium bim como um dos cinco melhores bancos de África em 2011 nas categorias de "Banco Mais Inovador" e "Banco Socialmente Responsável".
- Nomeação do Millennium bim (Moçambique) como "Marca de Excelência" pela Superbrands.
- Atribuição do prémio de "Melhor Banco em Angola" ao Millennium Angola pela revista Euromoney.

- Integração, pela 2.^a vez consecutiva, do Bank Millennium (Polónia) no “Respect Index” - primeiro índice da Europa Central e de Leste de empresas socialmente responsáveis.
- Atribuição ao Bank Millennium (Polónia) de “cinco estrelas” na análise da revista mensal Forbes e do prémio de “Best Bank for Companies”.
- Atribuição ao Bank Millennium (Polónia) de importantes distinções no âmbito da qualidade do serviço oferecido aos Clientes: o Banco está entre os melhores na “Newsweek Friendly Banks”, encontrando-se na terceira posição nas categorias “Traditional Customer’s Friendly Bank” e “Best Internet Bank”.
- Atribuição do Prémio de Excelência “2010 EUR Straight - Through Processing” à operação do Millennium na Grécia pelo Deutsche Bank.
- Na sequência do *downgrade* do *rating* da República Portuguesa em quatro *notches*, de “Baa1” para “Ba2”, a agência de *ratings* Moody’s reduziu, em 7 de Julho de 2011, os *ratings* atribuídos a dívida garantida pelo Estado Português emitida por quatro bancos portugueses sendo o *rating* atribuído à dívida do BCP garantida pelo Estado reduzido de “Baa1” para “Ba2”. Ainda como consequência da redução da notação de *rating* de longo prazo da República de Portugal, em 15 de Julho de 2011, a Moody’s procedeu também à revisão das notações de *rating* de diversos bancos portugueses, reduzindo as notações de *rating* do BCP em um *notch*, de “Baa3/P-3” para “Ba1/NP”, permanecendo sob observação com possível revisão em baixa.

Acontecimentos posteriores ao final do 3.º trimestre de 2011

- Divulgação dos resultados alcançados na operação de troca destinada a detentores de instrumentos de dívida perpétua e acções preferenciais, em 7 de Outubro de 2011, tendo a oferta registado um grau de adesão global de aproximadamente 75% das emissões abrangidas.
- Atribuição, pela 2.^a vez, do prémio “Banco mais Inovador” ao Millennium Angola pela Emea Finance.
- Na sequência do *downgrade* do *rating* de Portugal de “BBB+” para “BBB-” e da colocação em “Rating Watch Negative” das notações dos bancos portugueses, a Fitch anunciou, em 7 de Outubro, ter mantido as principais notações de *rating* para o BCP, designadamente o *rating* de longo e curto prazo (“BBB-/F3”), mantendo o *outlook* em “Rating Watch Negative”.
- A agência de *rating* Moody’s anunciou, em 7 de Outubro, ter concluído o processo de revisão das notações de *rating* dos bancos portugueses iniciada em 15 de Julho de 2011, após a redução do *rating* da República de Portugal de “Baa1” para “Ba2”. Neste contexto, a notação da dívida do Banco Comercial Português, S.A. (BCP) foi reduzida de “Ba1/NP” para “Ba3/NP” e a notação “Standalone” de “Ba2” para “B1”. As notações de *rating* permanecem com *outlook* “Negativo”.
- Em 20 de Outubro, a agência de *rating* DBRS anunciou, na sequência da revisão do *rating* de Portugal de “BBB(High)” para “BBB”, a confirmação ou revisão das notações de *rating* atribuídas a bancos portugueses. Neste contexto, o *rating* de longo prazo do BCP passou de “BBB(High)” para “BBB”, mantendo o “Negative Trend” (idêntico ao da República de Portugal) e o *rating* de curto prazo foi confirmado em R-2 (High) com “Negative Trend”.

“Disclaimer”

Este documento não representa uma oferta de valores mobiliários para venda no Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão ou em qualquer outra jurisdição. Não podem ser vendidas ou oferecidas acções nos Estados Unidos a não ser que as mesmas estejam registadas de acordo com o “US Securities Act” de 1933 ou se encontrem isentas de tal registo. Qualquer oferta pública de valores mobiliários efectuada nos Estados Unidos, Canadá, Austrália ou Japão teria que ser efectuada por meio de um prospecto com informação detalhada sobre a empresa e sua gestão, incluindo as Demonstrações Financeiras.

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (‘IFRS’) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros nove meses de 2010 e 2011 não foram objecto de auditoria.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

**Demonstração dos Resultados Consolidados
para o período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010**

	<u>30 Setembro 2011</u>	<u>30 Setembro 2010</u>
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	2.984.471	2.497.103
Juros e custos equiparados	<u>(1.787.684)</u>	<u>(1.405.344)</u>
Margem financeira	1.196.787	1.091.759
Rendimentos de instrumentos de capital	1.354	35.470
Resultado de serviços e comissões	594.540	601.823
Resultados em operações de negociação e de cobertura	19.077	354.229
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	19.592	(8.780)
Outros proveitos de exploração	<u>(1.826)</u>	<u>12.291</u>
	1.829.524	2.086.792
Outros resultados de actividades não bancárias	<u>14.916</u>	<u>12.439</u>
Total de proveitos operacionais	1.844.440	2.099.231
Custos com o pessoal	622.910	653.351
Outros gastos administrativos	426.290	446.398
Amortizações do exercício	<u>70.415</u>	<u>83.657</u>
Total de custos operacionais	1.119.615	1.183.406
	724.825	915.825
Imparidade do crédito	(764.000)	(549.901)
Imparidade de outros activos	(61.672)	(38.046)
Imparidade do goodwill	-	(73.565)
Outras provisões	<u>37.192</u>	<u>(18.395)</u>
Resultado operacional	(63.655)	235.918
Resultados por equivalência patrimonial	2.033	53.205
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	<u>(5.498)</u>	<u>(5.118)</u>
Resultado antes de impostos	(67.120)	284.005
Impostos		
Correntes	(57.076)	(42.503)
Diferidos	<u>247.370</u>	<u>18.395</u>
Resultado após impostos	123.174	259.897
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Accionistas do Banco	59.384	217.410
Interesses que não controlam	<u>63.790</u>	<u>42.487</u>
Lucro do período	<u>123.174</u>	<u>259.897</u>
Resultado por acção (em euros)		
Básico	0,00	0,04
Diluído	0,00	0,04

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de Setembro de 2011 e de 2010 e 31 de Dezembro de 2010

	30 Setembro 2011	31 Dezembro 2010	30 Setembro 2010
	(Milhares de Euros)		
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.790.255	1.484.262	1.843.196
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.552.278	1.259.025	934.746
Aplicações em instituições de crédito	1.773.647	2.343.972	1.348.519
Créditos a clientes	72.532.358	73.905.406	74.254.393
Activos financeiros detidos para negociação	3.172.950	5.136.299	4.378.055
Activos financeiros disponíveis para venda	3.699.834	2.573.064	2.682.183
Activos com acordo de recompra	55.205	13.858	59.876
Derivados de cobertura	560.754	476.674	712.603
Activos financeiros detidos até à maturidade	5.505.407	6.744.673	6.498.267
Investimentos em associadas	308.829	397.373	459.628
Activos não correntes detidos para venda	1.065.713	996.772	1.801.482
Propriedades de investimento	514.403	404.734	407.787
Outros activos tangíveis	615.606	617.240	613.318
Goodwill e activos intangíveis	397.048	400.802	472.892
Activos por impostos correntes	27.785	33.946	28.301
Activos por impostos diferidos	989.675	688.630	625.550
Outros activos	2.791.055	2.533.009	2.313.186
	<u>97.352.802</u>	<u>100.009.739</u>	<u>99.433.982</u>
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	19.656.038	20.076.556	18.419.388
Depósitos de clientes	47.567.701	45.609.115	45.319.369
Títulos de dívida emitidos	14.799.553	18.137.390	17.777.638
Passivos financeiros detidos para negociação	1.440.934	1.176.451	1.349.789
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.451.504	4.038.239	4.637.518
Derivados de cobertura	539.801	346.473	172.593
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	874.770
Provisões	218.601	235.333	245.684
Passivos subordinados	1.090.510	2.039.174	2.043.097
Passivos por impostos correntes	10.823	11.960	1.782
Passivos por impostos diferidos	1.803	344	4.081
Outros passivos	1.280.496	1.091.228	1.249.620
	<u>90.057.764</u>	<u>92.762.263</u>	<u>92.095.329</u>
Capitais Próprios			
Capital	6.065.000	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	(77.396)	(81.938)	(85.767)
Prémio de emissão	71.722	192.122	192.122
Acções preferenciais	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	9.853	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	(374.082)	(166.361)	43.475
Reservas e resultados acumulados	12.146	(190.060)	(190.746)
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	59.384	301.612	217.410
	<u>6.766.627</u>	<u>6.749.975</u>	<u>6.871.094</u>
Interesses que não controlam	528.411	497.501	467.559
	<u>7.295.038</u>	<u>7.247.476</u>	<u>7.338.653</u>
	<u>97.352.802</u>	<u>100.009.739</u>	<u>99.433.982</u>